

Resolução

Intensificar a Acção Reivindicativa e a Luta!

- **Aumento geral dos salários;**
- **Defender os direitos;**
- **Melhoria das condições de trabalho;**
- **Redução do tempo de trabalho.**

A nova fase da vida política, económica e social tem expressão concreta, no que aos trabalhadores diz respeito, na continuada mas ainda limitada reposição de direitos roubados nos últimos anos de governação PSD/CDS.

A aprovação do OE para 2017 dá expressão a algumas dessas medidas, abrindo a possibilidade, no caso do sector empresarial do Estado, por via da contratação colectiva, à reversão de matérias que estiveram congeladas, como os salários e as carreiras profissionais.

No caso do sector privado, não existem limitações ou restrições orçamentais que impeçam o patronato de aumentar os salários, respeitar os direitos inscritos na contratação ou que dela emanam, antes pelo contrário, impõe-se, isso sim, uma mudança de comportamento patronal e governamental, que os desaloje da sua zona de conforto, a empatar o andamento de processos negociais, a condicionar o aumento dos salários ou a fazê-lo por acto de gestão, procurando por essa via limitar a acção colectiva dos trabalhadores.

Com o desfecho no âmbito da concertação sobre o salário mínimo, o patronato pretendia mais uma redução da TSU em 1,25%. Nesta matéria, o chumbo desta medida na Assembleia da República traduz uma vitória dos trabalhadores e da CGTP-IN na defesa intransigente da Segurança Social pública e universal.

Mas este processo relativo ao salário mínimo significa um duro golpe no papel que a Concertação Social tem desempenhado desde que foi criada, não para exercer a sua função meramente consultiva, mas para amputar a democracia em matérias que dizem respeito aos trabalhadores e que devem ser dirimidas na negociação directa entre organizações sindicais e patrões e na Assembleia da República, quando tal se justifica.

Rejeitamos, pois, quaisquer contrapartidas em matéria de actualização do SMN, cuja responsabilidade é da exclusiva competência do Governo e não da Concertação Social, espaço criado, desde sempre, também para conter a luta dos trabalhadores e para legitimar pretensões patronais.

A actualização do SMN, não pode absorver os salários posicionados nas grelhas salariais imediatamente a seguir mas, sim, provocar um efeito de aumento geral dos salários.

Uma mudança de fundo na política do País é indissociável da valorização do trabalho e dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Para tal, é preciso que o Governo vá mais longe e tome medidas para reparar as injustiças que se mantêm no mundo do trabalho, dando atenção à situação real dos trabalhadores.

Avaliando a situação económica e social nos sectores da Fiequimetal, constata-se que:

1 - Nos últimos anos aumentaram de forma exponencial os resultados líquidos, as exportações, a produtividade, designadamente **nas empresas do sector Energético (EDP, REN e GALP), na fabricação de Material Eléctrico e Electrónico, na Metalurgia, no Automóvel, nos Resíduos e Águas, na Química, na Farmacêutica, no Papel e Gráfica**, situação que contrasta com a perda de poder de compra dos trabalhadores; isto é, mais acumulação de riqueza para o capital e menos salário para os trabalhadores.

2 - Uma degradação acelerada das condições de trabalho, impondo ritmos de trabalho humanamente insuportáveis (contribuindo para o crescimento do número de casos de trabalhadores portadores de doença profissional e vítimas de acidente de trabalho), um maior número de situações de assédio moral e violações dos direitos de maternidade e paternidade.

3 - Mantêm-se o bloqueio à negociação colectiva e a celebração, por parte do patronato, com organizações divisionistas, de acordos que prejudicam fortemente os trabalhadores.

4 - O patronato insiste, pese embora a resistência dos trabalhadores, em não respeitar direitos que emanam ou estão inscritos na nossa contratação colectiva.

5 - O patronato procura igualmente impor horários de trabalho insuportáveis, que desregulam a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores, com o objectivo de aumentar a exploração, exercendo uma forte pressão sobre o valor dos salários.

6 – O patronato usa e abusa do recurso à contratação de trabalhadores com vínculos precários, com o objectivo de ter uma bolsa de trabalhadores descartáveis e vulneráveis, desvalorizar os salários e aumentar a exploração.

Neste quadro, a Direcção Nacional da Fiequimetal identifica um conjunto de problemas comuns aos trabalhadores do seu âmbito, que exigem a realização de uma jornada de luta sectorial com os seguintes objectivos e contornos:

Realizar, com a participação de trabalhadores, uma Quinzena de Luta entre 23 de Fevereiro e 10 de Março, com o recurso a greves, concentrações e outras acções de massas,

- **Pelo aumento geral dos salários;**
- **Pela defesa dos direitos;**
- **Pela melhoria das condições de trabalho;**
- **Pelas 35 horas de trabalho semanal;**
- **Pelo fim dos vínculos precários.**